

Opinião

EDITORIAL

O terceiro salto do PMDB

Os críticos mais mordazes e os humoristas mais antigos costumam brincar que o PMDB está no poder desde as caravelas de Cabral. Exageros à parte, a legenda surgida como MDB no forçado bipartidarismo criado pelo regime militar vem dando as cartas na vida política da nação pelo menos desde 1974. Os próprios historiadores localizam naquele ano o primeiro grande salto da agremiação, que deixou de ser uma oposição tímida e apenas tolerada pelo regime para se tornar uma força política gigante nas décadas seguintes.

Essa primeira arrancada teve como comandante Ulysses Guimarães, lançado como "anticandidato" à Presidência da República durante a passagem de bastão oficial do general Médici para seu substituto também saído dos quartéis Ernesto Geisel. Percorrendo quase todo o País num momento de grave insatisfação popular pelos efeitos da crise do petróleo, Ulysses começou a desmontar a farsa do Brasil grande professada pelo regime. Nas eleições

PARTIDO FEZ 50 ANOS EM MARÇO E JÁ PASSOU POR OUTROS DOIS FORTES MOMENTOS

parlamentares daquele ano, o MDB saltou de 3 para 16 senadores. A boa votação nas assembleias estaduais também lhe deu o direito de escolher alguns governadores pela via indireta.

O segundo salto do partido foi o maior, pelo menos até agora. Em 1986, fortalecido pela aliança política que levou Tancredo Neves à vitória no Colégio Eleitoral

dois anos antes e inflada pelo sucesso inicial do Plano Cruzado, a legenda elegeu 22 dos 23 governadores e ainda fez 260 deputados federais e 44 senadores. As várias vertentes que se abrigavam no PMDB geraram deserções no período da Constituinte dois anos depois. O partido diminuiu, mas nunca ficou fraco a ponto de não ser imprescindível em qualquer votação importante, seja na Câmara dos Deputados ou no Senado.

Não é exagerado imaginar que o partido se prepara agora para seu terceiro salto. Uma recuperação da economia pode dar ao PMDB sua grande chance de chegar à Presidência pelo voto direto. É essa ameaça que deixa aliados do momento, como o PSDB, com as antenas ligadas para a movimentação de Michel Temer. Se a eleição de 2014 só acabou ontem a de 2018 já começou.

LILIANA LAVORATTI

EDITORA-FECHAMENTO
liliana@dcicom.br



PLANO DE VOO

A hora da verdade também é de Temer

O afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff e o fim da "era PT" no governo federal, que durou os últimos 13 anos, representa uma reviravolta e tanto na política e na economia brasileiras. Sem dúvida, uma guinada e tanto. Mas, como disseram há muito tempo os filósofos, o mundo e os processos são cheios de contradição. Se chegou a hora da verdade para o PT e para a presidente Dilma, também chegou a hora da verdade para o governo que entra e seus aliados, que terão de colocar em prática seu discurso e suas propostas repetidas à exaustão durante o processo de *impeachment*. E em uma conjuntura que exigirá a adoção de medidas antipopulares.

'A conta virá'

O governo de Michel Temer (PMDB) acontecerá em um país cada vez mais dividido e sem o respaldo de uma eleição. Segundo a socióloga política da Universidade de Brasília (UnB), Débora Mesenberg, uma das maiores dificuldades será manter sua base parlamentar em um cenário de ajuste fiscal e Operação Lava Jato. "Serão dois anos de um governo sem respeitabilidade das urnas, com um país dividido e com uma crise econômica internacional. E aqueles que o apoiaram, seja no Parlamento, seja no âmbito dos interesses privados, vão pedir a conta", disse à Agência Brasil.

Sinais de discórdia

O sinal de que a base parlamentar não perdoará nada do novo governo foi dado ontem mesmo antes do fim da sessão que afastou Dilma do cargo. Senadores tucanos e do DEM culparam o PMDB pelo acordo com o PT para absolver Dilma da pena de perda dos direitos políticos por oito anos, pedido por senadores petistas. Para o presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG), o posicionamento da bancada peemedebista durante a segunda votação do julgamento causou "um desconforto enorme" na base aliada do presidente Michel Temer.

O veredicto é outro

A imprensa internacional destacou ontem que a troca de governo por aprovação do *impeachment* de Dilma Rousseff não resolve os problemas do País. Segundo a Agência Brasil, o jornal *The New York Times* afirmou que "a votação de 61 votos contra 20 condena Dilma Rousseff por ter manipulado o Orçamento, mas, na verdade, a decisão esconde crescentes problemas econômicos da nação". "Foi muito mais do que um julgamento sobre a culpa de Dilma. Foi um veredicto sobre sua liderança e as sortes que deslizam sobre o maior país da América Latina."

Tom da oposição

Amanhã (2), a Executiva do PT se reúne em São Paulo para discutir a oposição ao novo governo. A fala de despedida de Dilma, ontem, deu uma pista. Falando em nome dos 54 milhões de votos recebidos nas urnas em 2014, Dilma se referiu aos senadores que votaram pelo *impeachment* de "corruptos envolvidos nas investigações da Lava Jato" e qualificou de "fraude" e "eleição indireta" o novo governo. "Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar", disse a ex-presidente no final de seu discurso.

ARTIGO

Exuberância irracional?

O cenário atual de câmbio baixo e preço alto das ações é insustentável

Recentemente tem-se observado um aumento do otimismo com as perspectivas de crescimento da economia brasileira para o ano de 2017. Com efeito, o índice Bovespa aproxima-se dos 60 mil pontos, acumulando uma alta de quase 60% com respeito à mínima verificada em janeiro do corrente ano. A taxa de câmbio US\$/R\$ também apresentou uma notável apreciação de 22% com respeito ao valor de R\$ 4,15 observado na segunda quinzena de janeiro. Lado a lado com a recuperação dos preços dos ativos observamos também um aumento consistente do índice de confiança do empresário industrial, o qual passou de um valor igual a 36,5 em janeiro, para 51,5 em agosto. Por fim, os técnicos do Ministério da Fazenda reviram a previsão de crescimento da economia brasileira para 2017 de 1,2% para 1,6%.

Uma análise mais cuidadosa dos dados, contudo, revela que o otimismo atual – tal como expresso nos preços dos ativos financeiros – pode ser exagerado, reflexo de uma "exuberância irracional" dos mercados financeiros com relação às perspectivas da economia brasileira. Apesar do aumento recente do otimismo dos empresários industriais, a economia brasileira deverá fechar o ano de 2016 com uma retração de 3% em termos reais. Mesmo que a economia apresente um crescimento de 1,6% em 2017, o PIB real será ainda 7,4% mais baixo do que o verificado no último trimestre de 2014. Se o crescimento se acelerar para 2,5% ao ano a partir de 2018, a economia brasileira só irá recuperar o nível observado no último trimestre de 2014 no final de 2020.

Acontece que o valor máximo observado pelo Bovespa ao longo de 2014 não atingiu 58 mil pontos. Os preços dos ativos estão acima do seu valor de equilíbrio.

Além disso, não é líquido e certo que a econo-

mia brasileira irá crescer em ritmo moderado a partir de 2018. Isso porque a era petista deixou uma herança maldita para o Brasil na forma de uma redução significativa da participação da indústria de transformação no PIB. Essa mudança estrutural tem impacto negativo sobre as perspectivas da economia, haja vista que a indústria é o setor de atividade econômica responsável

JOSÉ LUIS OREIRO
PROFESSOR DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UFRJ



pela geração e difusão do progresso tecnológico e dos ganhos de produtividade. Dessa forma, a desindustrialização está associada a uma redução da taxa de avanço da produtividade do trabalho, diminuindo o ritmo do PIB que é compatível com uma taxa de inflação estável.

A participação da indústria no PIB depende, entre outros fatores, do preço dos bens transacionáveis relativamente ao preço dos bens não transacionáveis, ou seja, da taxa real de câmbio. O valor da taxa real de câmbio para o qual a participação da indústria no PIB permanece constante ao longo do tempo – de forma a interromper o processo de desindustrialização – é chamado de equilíbrio industrial. Cálculos da FGV-SP mostram que para alcançar o equilíbrio industrial a taxa nominal de câmbio deveria estar em torno de R\$ 3,80.

O problema é que a valorização do câmbio nominal nos últimos meses colocou a taxa real de câmbio num patamar incompatível com a recuperação da indústria de transformação no PIB. Ou o câmbio terá que sofrer uma forte depreciação nos próximos meses para aumentar as perspectivas de crescimento da economia brasileira a partir de 2018; ou os preços das ações brasileiras terão que sofrer uma forte correção para baixo. O cenário atual de câmbio baixo-preço alto das ações é insustentável no médio prazo.

jose.oreiro@ie.ufrj.br

DCI

Panorama
Diário
Comercial e
Publicidade
Ltda.

"É vetada a reprodução parcial ou integral do conteúdo deste jornal, a não ser com a autorização expressa do Diretor de Redação"

FSC
MISTO
Papel
FSC® C113259

IVC

ASSOCIADO A
ANJ

CENP

CONSELHO EDITORIAL - Alaíde Quercia, Duílio Calciolari, Claudia Rei, Raphael Müller e Roberto Lira

DIRETORIA - DIRETOR EXECUTIVO: Raphael Müller - raphaelmuller@dcicom.br

REDAÇÃO - DIRETOR: Roberto Lira - roberto.lira@dcicom.br

EDITORA-ABERTURA: Adriane Castilho - adriane.castilho@dcicom.br

EDITORA-FECHAMENTO: Liliana Lavoratti - liliana@dcicom.br

EDITORES: Anna Lúcia França, Claudia Bozzo, Fernanda Bompan, Paula Cristina Silva, Renê Gardim, Vanessa Stecanella e Wagner Gueller

CORRESPONDENTES: BAURU - Anna Maria Ferreira, ABCD - Juliana Cristina, BRASÍLIA - Abnor Gondim, CAMPINAS - Milton Paes, RIBERAÓ PRETO - Bete Cervi, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Julio Ottoboni. AGÊNCIAS NOTICIOSAS: Agência Brasil (AB), Agência Estado (AE), Agência Lusa (AL) e Reuters

DEPARTAMENTO COMERCIAL -

DIRETOR: Martim Novaes - martim.novaes@dcicom.br

GERENTES: São Paulo - Luiz Prusas - luiz.prusas@dcicom.br

Nacional - Sandro Bertoloti - sandrob@dcicom.br

Publicidade Legal - Carlos Pontes - carlos.pontes@dcicom.br

Publicidade - Para anunciar: (11) 5095-5300/5301 de 2ª a 6ª, das 8 às 19 horas, e-mail: comercial.institucional@dcicom.br

comercial.legal@dcicom.br

Departamento de assinaturas -

ATENDIMENTO AO ASSINANTE (SAA):

Dúvidas, sugestões ou reclamações: (11) 5095-5335 de 2ª a 6ª, das 8 às 18 horas, email: atendimento@dcicom.br

Para assinar: São Paulo e Grande São Paulo - (11) 5095-5335, Demais localidades - 0800-77-03-324, assinaturas@dcicom.br

Redação - Telefone (11) 5095 5200, fax (11) 5095 5308, email: redacao@dcicom.br

Sede São Paulo - Rua Major Quedinho, 90 - 7ª e 8ª andar, Centro, São Paulo, SP, CEP 01050-030, Telefone (11) 5095 5200

Impressão - S.A. O Estado de S. Paulo